



INOVAÇÃO CÍVICA E TRANSPARÊNCIA PÚBLICA: O PROJETO CONSTRUINDO JUNTOS DO ESTADO DE GOIÁS COMO FERRAMENTA DE CONTROLE SOCIAL

CIVIC INNOVATION AND PUBLIC TRANSPARENCY: THE BUILDING TOGETHER PROJECT OF THE STATE OF GOIÁS AS A TOOL FOR SOCIAL CONTROL

INNOVACIÓN CÍVICA Y TRANSPARENCIA PÚBLICA: EL PROYECTO "CONSTRUYENDO JUNTOS" DEL ESTADO DE GOIÁS COMO HERRAMIENTA PARA EL CONTROL SOCIAL

Juliana de Paula Resende¹
Carina Barbosa Gouvea²

DOI: 10.54751/revistafoco.v19n3-064

Received: Feb 16th, 2026

Accepted: Mar 10th, 2026



RESUMO

A transparência pública e o fortalecimento do controle social configuram-se como desafios centrais das democracias contemporâneas, especialmente no contexto da gestão pública orientada pela *accountability* e pela participação cidadã. Nesse cenário, a inovação cívica emerge como estratégia relevante ao articular transparência, educação cidadã e engajamento social na fiscalização das políticas públicas. O presente artigo tem como objetivo analisar o *Projeto Construindo Juntos*, desenvolvido pelo Estado de Goiás, enquanto instrumento de inovação cívica voltado à promoção da transparência pública e ao fortalecimento do controle social. Metodologicamente, a pesquisa adota abordagem qualitativa, de natureza analítico-descritiva, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental de normas, portarias e relatórios institucionais relacionados à transparência pública e ao referido projeto. Os resultados indicam que o *Projeto Construindo Juntos* contribui de forma significativa para a materialização da transparência ativa, ao possibilitar o uso social das informações sobre obras públicas e ao envolver estudantes universitários em auditorias cívicas orientadas. Além disso, a iniciativa apresenta impactos relevantes na formação cidadã e fiscal dos participantes, fortalecendo a participação social qualificada e a governança democrática no âmbito estadual. Conclui-se que o projeto se configura como uma experiência inovadora de política pública, com potencial de replicabilidade em outros contextos subnacionais, ao integrar educação cidadã, controle social e abertura governamental.

¹ Pós-Graduada em Gestão de Qualidade e Engenharia da Produção, Universidade Estadual de Goiás (UEG), Rod BR 153, 3105, Fazenda Barreiro do Meio, CEP: 75.132-903, Anápolis, Goiás. E-mail: julianapaulares25@gmail.com

² Doutora em Direito, Universidade Estácio de Sá (UNESA), Rua do Bispo, 83, Rio Comprido, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, CEP: 20261-902.

Palavras-chave: Controle social; educação cidadã; estado de Goiás; inovação cívica; transparência pública.

ABSTRACT

Public transparency and the strengthening of social control are central challenges for contemporary democracies, particularly within the context of public management guided by accountability and citizen participation. In this scenario, civic innovation emerges as a relevant strategy by integrating transparency, civic education, and social engagement in the monitoring of public policies. This article aims to analyze the *Construindo Juntos Project*, developed by the State of Goiás, as an instrument of civic innovation aimed at promoting public transparency and strengthening social control. Methodologically, the study adopts a qualitative approach with an analytical-descriptive design, based on a literature review and documentary analysis of legal frameworks, ordinances, and institutional reports related to public transparency and the aforementioned project. The results indicate that the *Construindo Juntos Project* significantly contributes to the implementation of active transparency by enabling the social use of information on public works and by involving university students in guided civic audits. Furthermore, the initiative presents relevant impacts on the civic and fiscal education of participants, strengthening qualified social participation and democratic governance at the state level. It is concluded that the project constitutes an innovative public policy experience with potential for replication in other subnational contexts, as it integrates civic education, social control, and open government practices.

Keywords: Civic innovation; civic education; social control; state of Goiás; public transparency.

RESUMEN

La transparencia pública y el fortalecimiento del control social son desafíos centrales para las democracias contemporáneas, especialmente en el contexto de una gestión pública orientada a la rendición de cuentas y la participación ciudadana. En este escenario, la innovación cívica emerge como una estrategia relevante al articular la transparencia, la educación cívica y el compromiso social en la supervisión de las políticas públicas. Este artículo analiza el Proyecto "Construyendo Juntos", desarrollado por el Estado de Goiás, como un instrumento de innovación cívica destinado a promover la transparencia pública y fortalecer el control social. Metodológicamente, la investigación adopta un enfoque cualitativo, de carácter analítico-descriptivo, basado en una revisión bibliográfica y un análisis documental de normas institucionales, ordenanzas e informes relacionados con la transparencia pública y el proyecto mencionado. Los resultados indican que el Proyecto "Construyendo Juntos" contribuye significativamente a la materialización de una transparencia activa, al posibilitar el uso social de la información sobre obras públicas e involucrar a estudiantes universitarios en auditorías cívicas guiadas. Además, la iniciativa presenta impactos relevantes en la educación cívica y fiscal de los participantes, fortaleciendo la participación social cualificada y la gobernanza democrática a nivel estatal. Se concluye que el proyecto constituye una experiencia innovadora de política pública, con potencial de replicación en otros contextos subnacionales, mediante la integración de educación cívica, control social y transparencia gubernamental.

Palabras clave: Control social; educación cívica; estado de Goiás; innovación cívica; transparencia pública.

1. Introdução

A ampliação da transparência pública e o fortalecimento dos mecanismos de participação social têm se consolidado como desafios centrais das democracias contemporâneas, especialmente no que se refere ao aprimoramento da gestão pública e ao fortalecimento do controle social.

Em contextos nos quais a sociedade demanda maior eficiência, ética e responsabilidade na aplicação dos recursos públicos, torna-se indispensável a adoção de políticas públicas que promovam o acesso à informação, a *accountability* e o engajamento cidadão.

Nesse cenário, a transparência pública constitui elemento central do sistema democrático, ao assumir o papel estratégico de possibilitar que os cidadãos acompanhem, fiscalizem e avaliem a atuação do Estado, contribuindo para o fortalecimento da confiança institucional e da legitimidade das decisões governamentais. Contudo, a mera disponibilização de informações não é suficiente para garantir o exercício efetivo do controle social, sendo necessária a criação de iniciativas que favoreçam a compreensão, a apropriação e o uso qualificado dos dados públicos pela sociedade.

É nesse contexto que emerge a inovação cívica³ como uma estratégia relevante de governança pública, ao articular transparência, participação social e educação cidadã. Por meio de práticas inovadoras, especialmente aquelas que envolvem o uso de tecnologias digitais e metodologias participativas, a inovação cívica amplia o protagonismo social e contribui para a construção de uma administração pública mais aberta e colaborativa.

No âmbito do Estado de Goiás, o *Projeto Construindo Juntos* destaca-se como uma política pública voltada à promoção da transparência e do controle social, ao envolver estudantes universitários no acompanhamento e fiscalização de obras públicas.

³ Entende-se por inovação cívica o conjunto de práticas que promovem a participação ativa da sociedade na gestão pública, por meio de mecanismos colaborativos, transparência e uso de tecnologias, fortalecendo a *accountability* e a coprodução de políticas públicas (BAUHR; GRIMES, 2020; MATHEUS et al., 2020).

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo analisar o *Projeto Construindo Juntos* do Estado de Goiás como uma ferramenta de inovação cívica e controle social, destacando sua contribuição para o fortalecimento da transparência pública e da participação cidadã.

Diante desse cenário, coloca-se o seguinte problema de pesquisa: em que medida o *Projeto Construindo Juntos*, desenvolvido no Estado de Goiás, pode ser compreendido como uma ferramenta de inovação cívica capaz de fortalecer a transparência pública e ampliar o controle social por meio da participação cidadã qualificada?

A escolha do tema justifica-se, em primeiro lugar, pela relevância acadêmica do debate sobre transparência pública, *accountability* e participação cidadã, amplamente discutido na literatura contemporânea sobre democracia, governo aberto e controle social. Sob a perspectiva social, o tema revela-se igualmente pertinente diante das crescentes demandas da sociedade por maior eficiência, ética e responsabilidade na gestão dos recursos públicos, bem como pela necessidade de fortalecimento da confiança institucional e da legitimidade das decisões governamentais.

A relevância do estudo reside na possibilidade de contribuir para a compreensão de práticas institucionais que vão além da transparência formal, ao promoverem o engajamento ativo da sociedade no acompanhamento das ações estatais. Ao analisar uma experiência concreta de auditoria cívica associada à educação fiscal e à participação estudantil, a pesquisa oferece subsídios teóricos e empíricos para o debate sobre modelos de governança pública mais abertos, colaborativos e participativos. Além disso, o trabalho apresenta potencial contributivo tanto para o campo acadêmico quanto para a formulação e o aprimoramento de políticas públicas voltadas ao fortalecimento do controle social e da cidadania ativa.

A pesquisa estrutura-se em quatro seções. Na primeira, discute-se a relação entre transparência pública, controle social e inovação cívica. Na segunda, apresentam-se os marcos normativos da transparência pública no Brasil. A terceira aborda a importância da educação cidadã e fiscal para o fortalecimento da participação social. Por fim, o quarto capítulo analisa o *Projeto*

Construindo Juntos enquanto política pública de inovação cívica no contexto do Estado de Goiás.

A pesquisa insere-se no campo dos estudos sobre governança pública, transparência e inovação cívica, adotando natureza qualitativa, com enfoque analítico-descritivo, voltado à análise de uma política pública específica.

A opção por essa abordagem justifica-se pela necessidade de compreender os aspectos normativos, institucionais e formativos do Projeto, bem como suas contribuições para a governança pública e a participação cidadã.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, a pesquisa fundamenta-se em análise documental (normas/relatórios) e bibliográfica (literatura). A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de revisão bibliográfica, documental concentrando-se na análise de documentos oficiais e normativos relacionados à transparência pública e ao *Projeto Construindo Juntos*, tais como a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), o Decreto nº 8.777/2016 (Política de Dados Abertos), portarias institucionais, relatórios oficiais e informações disponibilizadas por órgãos de controle e pela Secretaria de Estado da Infraestrutura de Goiás (SEINFRA). Esses documentos possibilitaram a compreensão do marco legal, dos objetivos, da metodologia de funcionamento e dos resultados do Projeto.

A análise dos dados foi realizada por meio de análise de conteúdo, de caráter interpretativo, buscando identificar categorias relacionadas à transparência pública, participação social, controle social e inovação cívica. A partir dessa sistematização, foi possível examinar de que forma o *Projeto Construindo Juntos* se insere no contexto das políticas públicas estaduais e contribui para o fortalecimento da governança democrática.

Por fim, os dados quantitativos referentes às auditorias cívicas realizadas no âmbito do projeto foram utilizados de forma complementar, com finalidade ilustrativa e contextual, a fim de demonstrar o alcance e a relevância da iniciativa, sem prejuízo do enfoque qualitativo que orienta o estudo.

2. Inovação Cívica, Transparência Pública e Controle Social nas Políticas Públicas

A ampliação da transparência pública e o fortalecimento da participação social têm se consolidado como elementos centrais das políticas públicas contemporâneas, especialmente em contextos democráticos que buscam maior legitimidade, eficiência e controle da ação estatal.

Nesse cenário, emergem iniciativas que articulam inovação cívica, acesso à informação e engajamento cidadão como estratégias para aprimorar a governança pública e promover a *accountability*.

Assim, este capítulo apresenta a relação entre transparência pública, controle social e inovação cívica, oferecendo subsídios analíticos para a compreensão de programas estatais voltados à fiscalização participativa e ao acompanhamento das políticas públicas.

2.1 Transparência Pública e Democracia

A transparência pública constitui um dos pilares fundamentais da administração pública democrática, estando diretamente relacionada ao fortalecimento da confiança institucional, à legitimidade das decisões governamentais e à ampliação da participação social.

No contexto contemporâneo, a transparência ultrapassa a simples divulgação de informações, passando a envolver a acessibilidade, compreensibilidade e utilidade dos dados disponibilizados ao cidadão (BAUHR; GRIMES, 2020).

No Brasil, a transparência ganhou centralidade normativa a partir da promulgação da Lei nº 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação (LAI), que estabeleceu o dever do Estado de garantir o acesso amplo às informações públicas, consolidando a transparência como regra e o sigilo como exceção (BRASIL, 2011).

De acordo com a Controladoria-Geral da União (CGU, 2023), a transparência ativa e passiva é condição essencial para o exercício do controle social e para o aprimoramento da gestão pública.

Estudos empíricos demonstram que políticas públicas orientadas pela transparência tendem a gerar maior confiança por parte da sociedade. Alessandro (2021) evidencia que a transparência ativa contribui significativamente para o aumento da confiança dos cidadãos nas instituições governamentais, especialmente quando associada a mecanismos de participação social.

2.2 Controle Social e Participação Cidadã

O controle social pode ser compreendido como o conjunto de ações por meio das quais a sociedade acompanha, fiscaliza e avalia a atuação do Estado, especialmente no que diz respeito à aplicação dos recursos públicos e à execução de políticas públicas (SECCHIN, 2008). Trata-se de um instrumento essencial para o fortalecimento da cidadania e da responsabilidade democrática.

Segundo Smanio (2016), a efetividade do controle social depende diretamente da qualidade e da transparência das informações disponibilizadas pelo poder público. Informações incompletas, técnicas ou de difícil acesso limitam a capacidade de fiscalização da sociedade, reduzindo o potencial transformador da participação cidadã.

Nesse sentido, Mansur (2025) destaca que a transparência pública exerce influência direta sobre o controle social, uma vez que possibilita ao cidadão compreender os processos decisórios, identificar inconformidades e atuar de forma mais qualificada na fiscalização da gestão pública. Assim, políticas públicas que articulam transparência e participação social tendem a produzir resultados mais eficazes e legítimos.

2.3 Inovação Cívica como Estratégia de Governança Pública

A inovação cívica refere-se ao desenvolvimento de novas práticas, métodos e arranjos institucionais que ampliam o envolvimento da sociedade na gestão pública, promovendo soluções colaborativas para problemas coletivos.

No âmbito da administração pública, a inovação cívica está associada à abertura governamental, ao uso de tecnologias digitais e à criação de espaços participativos que fortalecem o diálogo entre Estado e sociedade (MATHEUS et al., 2020).

De acordo com Bauhr e Grimes (2020), iniciativas inovadoras que combinam transparência, dados abertos e participação social contribuem para a redução de assimetrias de informação e para o aprimoramento da governança pública. Contudo, os autores alertam para a existência de desafios relacionados à efetividade dessas iniciativas, como a necessidade de linguagem acessível e de capacitação cidadã.

Nesse contexto, projetos que promovem a aprendizagem prática, a educação fiscal e o engajamento direto da sociedade na fiscalização das ações estatais configuram-se como instrumentos relevantes de inovação cívica. Tais iniciativas permitem que o cidadão deixe de ser mero receptor de informações e passe a atuar como agente ativo no acompanhamento das políticas públicas (KOUPAK; LUIZ, 2022).

2.4 Transparência, Inovação Cívica e Políticas Públicas no Brasil

No cenário brasileiro, observa-se um avanço significativo na institucionalização de mecanismos de transparência e governo aberto, impulsionado por normas como a LAI (Lei de Acesso à Informação), o Decreto nº 8.777/2016, que instituiu a Política de Dados Abertos, e iniciativas de fortalecimento da *accountability* pública (BRASIL, 2016).

Contudo, conforme apontam Lima (2022) e Locatelli (2024), ainda persistem desafios relacionados à efetiva apropriação dessas ferramentas pela sociedade. A simples existência de portais ou sistemas informacionais não

garante, por si só, o exercício pleno do controle social, sendo necessária a adoção de estratégias que promovam a compreensão e o uso qualificado das informações públicas.

Dessa forma, projetos estaduais que articulam transparência ativa, participação cidadã e inovação cívica, como o *Projeto Construindo Juntos* do Estado de Goiás, inserem-se em um movimento mais amplo de fortalecimento da governança democrática, contribuindo para a construção de uma administração pública mais aberta, participativa e orientada ao interesse coletivo.

3. Marcos Normativos e Institucionais da Transparência Pública no Brasil

A consolidação da transparência pública no Brasil está diretamente relacionada à construção de um arcabouço normativo e institucional voltado à ampliação do acesso à informação, ao fortalecimento da participação social e à promoção da *accountability* na administração pública.

Esses marcos legais representam avanços significativos no processo de democratização do Estado brasileiro, ao reconhecerem a transparência como princípio estruturante da gestão pública.

Nesse contexto, destaca-se a Lei nº 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação (LAI), que estabelece o direito fundamental de acesso às informações públicas e impõe ao Estado o dever de garantir sua divulgação de forma clara, objetiva e acessível. A LAI consolidou a transparência como regra e o sigilo como exceção, determinando que órgãos e entidades públicas adotem práticas de transparência ativa e passiva, ampliando as possibilidades de controle social e participação cidadã (BRASIL, 2011).

De acordo com a Controladoria-Geral da União (CGU, 2023), a LAI representa um marco na institucionalização da transparência no Brasil, ao fortalecer a cultura de abertura governamental e ao incentivar a adoção de mecanismos de prestação de contas. A lei também contribuiu para a ampliação do uso de ferramentas digitais, como portais de transparência e sistemas eletrônicos de informação, facilitando o acesso da sociedade aos dados públicos.

Complementarmente, o Decreto nº 8.777/2016, que instituiu a Política de Dados Abertos no âmbito do Poder Executivo Federal, reforçou o compromisso do Estado brasileiro com a transparência e a inovação governamental.

O decreto estabelece diretrizes para a disponibilização de dados públicos em formatos abertos, reutilizáveis e acessíveis, promovendo maior transparência, controle social e estímulo à inovação cívica (BRASIL, 2016). A abertura de dados públicos amplia as possibilidades de análise, monitoramento e fiscalização das políticas públicas por parte da sociedade.

As diretrizes de governo aberto e governo digital também integram esse arcabouço institucional, ao promoverem a utilização de tecnologias da informação como instrumentos para aproximar o Estado dos cidadãos. Segundo Bauhr e Grimes (2020), o governo aberto fundamenta-se nos princípios da transparência, participação e colaboração, enquanto o governo digital busca modernizar a administração pública por meio da digitalização de serviços, processos e informações, ampliando a eficiência e o acesso da sociedade aos serviços públicos.

Nesse sentido, a transparência pública deve ser compreendida como um dever legal e institucional do Estado, e não como uma concessão eventual aos cidadãos. Conforme ressaltam Smanio (2016) e Mansur (2025), a transparência é condição indispensável para o exercício do controle social, para o fortalecimento da democracia e para a construção de relações mais éticas e responsáveis entre o poder público e a sociedade.

Assim, os marcos normativos e institucionais da transparência pública no Brasil constituem a base legal que sustenta iniciativas de inovação cívica e participação social, como projetos de fiscalização participativa e auditorias cívicas. Ao assegurar o acesso à informação e incentivar a abertura governamental, esses instrumentos contribuem para o aprimoramento da governança pública e para a consolidação de uma administração pública mais democrática e orientada ao interesse coletivo.

4. Educação Cidadã, Educação Fiscal e Formação para o Controle Social

Para Secchin (2008), a educação cidadã constitui um dos fundamentos centrais da democracia, ao promover o desenvolvimento de competências críticas, éticas e participativas indispensáveis ao exercício pleno da cidadania.

Por meio da compreensão dos direitos, deveres e do funcionamento das instituições públicas, a educação cidadã fortalece a participação social e contribui para a consolidação de uma cultura democrática baseada na corresponsabilidade entre Estado e sociedade (SECCHIN, 2008).

Nesse sentido, a educação cidadã está diretamente relacionada ao fortalecimento do controle social, uma vez que cidadãos informados tendem a participar de forma mais ativa e qualificada dos processos de fiscalização e acompanhamento das políticas públicas. Conforme destaca Evangelista (2010), a formação cidadã amplia a capacidade da sociedade de compreender a atuação do Estado, identificar possíveis irregularidades e demandar maior transparência e *accountability* dos gestores públicos.

A educação fiscal assume papel estratégico nesse processo ao promover a consciência acerca da arrecadação e da aplicação dos recursos públicos. Ao compreenderem a origem dos tributos e sua destinação nas políticas públicas, os cidadãos passam a reconhecer a importância do acompanhamento da execução orçamentária e da fiscalização dos gastos públicos (CGU, 2023). Assim, a educação fiscal contribui para o fortalecimento da cultura de integridade, responsabilidade social e uso ético dos recursos estatais.

No âmbito do Estado de Goiás, observa-se a implementação de iniciativas que articulam educação cidadã, educação fiscal e participação social, destacando-se o *Projeto Construindo Juntos*⁴, desenvolvido pela Secretaria de Estado da Infraestrutura (SEINFRA). O projeto configura-se como uma política educacional-cívica ao envolver estudantes em atividades práticas de

⁴ O *Projeto Construindo Juntos* foi formalizado como política pública estadual por meio da Portaria nº 208, de 04 de junho de 2025, publicada pela Secretaria de Estado da Infraestrutura de Goiás (SEINFRA). Essa portaria institui oficialmente o projeto no âmbito da administração pública estadual, consolidando-o como iniciativa permanente voltada à transparência pública, à participação cidadã e ao controle social na fiscalização de obras públicas.

acompanhamento e fiscalização de obras públicas, promovendo o aprendizado sobre transparência, controle social e gestão dos recursos públicos.

A formação de estudantes para a fiscalização social, conforme proposta pelo *Projeto Construindo Juntos*, representa uma estratégia relevante de inovação cívica, ao possibilitar que os participantes vivenciem, na prática, os mecanismos de controle social e auditoria cívica. Essa experiência contribui para o desenvolvimento da consciência crítica, do senso de responsabilidade cidadã e do compromisso com a integridade na administração pública (SECCHIN, 2008).

A aprendizagem prática em políticas públicas, proporcionada pelo Projeto, favorece a articulação entre teoria e prática, permitindo que os estudantes compreendam de forma concreta o funcionamento da gestão pública e os desafios relacionados à transparência e à fiscalização estatal. Segundo Mansur (2025), experiências dessa natureza fortalecem a formação cidadã e ampliam o engajamento social, ao estimular a participação ativa dos cidadãos na construção de uma administração pública mais democrática.

Dessa forma, o *Projeto Construindo Juntos* consolida-se como um exemplo significativo de política pública do Estado de Goiás voltada à educação cidadã e ao controle social, ao integrar transparência, educação fiscal e participação social em uma proposta formativa que contribui para o fortalecimento da governança democrática e da cultura de *accountability* no âmbito da administração pública estadual.

5. O Projeto Construindo Juntos (PCJ): Inovação Cívica e Controle Social na Gestão de Infraestrutura em Goiás

5.1 Introdução e Contexto de Origem

O Projeto Construindo Juntos (PCJ), implementado pelo Governo do Estado de Goiás por intermédio da Secretaria de Estado da Infraestrutura (SEINFRA/GO), estabelece um novo paradigma na gestão de obras públicas ao integrar transparência, controle social e participação cidadã. A gênese da

iniciativa remonta a 2023, ano de criação da secretaria, inspirada no modelo do projeto "Estudantes de Atitude" da Controladoria-Geral do Estado (CGE/GO).

O PCJ foi inspirado pelo projeto "Estudantes de Atitude", desenvolvido pela Controladoria-Geral do Estado de Goiás (CGE/GO) em parceria com a Secretaria de Educação (SEDUC/GO), como uma gincana gamificada realizada em escolas públicas estaduais. O objetivo principal é promover a cidadania, a participação social, a transparência e o combate à corrupção, transformando os alunos em protagonistas dentro do ambiente escolar, realizado anualmente e envolve diversas escolas em todo o estado de Goiás.

Na SEINFRA/GO, em 2023, o Gestor de Finanças e Controle, Cláudio Casalini Martins Correia, servidor efetivo da Controladoria-Geral do Estado de Goiás (CGE-GO), exercendo o cargo de Subsecretário de Controle Interno e Compliance, concebeu a estratégia e a idealização do Projeto Construindo Juntos (PCJ), que vislumbrou a estruturação de um programa voltado especificamente ao público universitário do Estado de Goiás que cursam áreas afins de infraestrutura. A viabilização técnica e a gamificação do sistema foram coordenadas pela Superintendência de Governo Aberto e Participação Cidadã, através dos servidores Danilo Borges e Calebe Mello Cerqueira, culminando na execução da 1ª edição do PCJ no segundo semestre de 2024.

Destaca-se que os resultados da 1ª Edição de 2024, primeiro ano de execução plena, o projeto contabilizou 4.466 missões de auditoria cívica, resultando na identificação de 263 achados de auditoria. Esses dados evidenciam o potencial preventivo da fiscalização social e a participação social.

O PCJ transformou a fiscalização de obras públicas em uma experiência educativa, cidadã e prática, promovendo a transparência, o controle social, a integridade pública e a formação de cidadãos críticos e conscientes do uso dos recursos públicos, com o caráter educativo, cívico e institucional, não gerando vínculo empregatício, obrigação trabalhista, previdenciária ou qualquer forma de remuneração, excetuadas as premiações previstas como forma de reconhecimento dos participantes.

O PCJ foi idealizado para 02 (duas) edições semestrais, voltadas para a formação cidadã de estudantes de graduação superior, principalmente daqueles

que cursam engenharia, arquitetura, urbanismo e afins, também permitindo a participação de estudantes de qualquer curso de graduação, que gostariam de ampliar os conhecimentos específicos em situação das obras públicas.

São objetivos do PCJ, a promoção da participação cidadã no acompanhamento das políticas públicas de infraestrutura, o fortalecimento do controle social e a transparência na gestão pública, o estímulo da fiscalização colaborativa e preventiva de obras públicas, a contribuição do poder público para a formação cidadã, ética e técnica dos estudantes participantes, o incentivo para a educação fiscal e aumento na percepção do senso de pertencimento da coisa pública e por fim, apoiar o poder público na melhoria da gestão por meio de evidências e achados de auditoria cívica.

O PCJ tem o foco na educação como princípio básico de transformação de uma sociedade, que traz um relato sobre a experiência adquirida para uma sociedade instruída é fortalecida. O conhecimento muda o potencial de atuação de uma nação, porque esta sabe defender seus direitos e está ciente de suas obrigações.

5.2 Fundamentação Teórica e Inovação Cívica

Do ponto de vista conceitual, o projeto insere-se no campo da inovação cívica, criando mecanismos que ampliam o envolvimento direto da sociedade no monitoramento governamental. A literatura especializada destaca que tais iniciativas:

- Reduzem as assimetrias de informação entre o Estado e o cidadão.
- Fortalecem a accountability e a legitimidade das decisões públicas.
- Promovem a coprodução de políticas públicas, onde o Estado compartilha a responsabilidade da fiscalização com agentes sociais ativos.

O projeto ancora-se em marcos legais robustos, como:

Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e as diretrizes de Governo Aberto.

Lei Estadual nº 18.025/2013: Regula o acesso a informações (LAI no âmbito de Goiás), fomentando a transparência e a criação de serviços de informação ao cidadão.

Lei Estadual nº 23.863, de 19 de novembro de 2025: Atualiza as normas sobre obrigatoriedade de compliance, especialmente em licitações e contratos, em conformidade com a nova legislação nacional.

Decreto Estadual nº 10.176/2022: Regula a Política de Dados Abertos e transparência ativa no âmbito do Estado de Goiás. Este decreto define que bases de dados governamentais são automaticamente passíveis de abertura, exceto as protegidas por sigilo (LGPD/LAI).

Decreto Estadual nº 9.406/2019: Instituiu o Programa de Compliance Público (PCP) no Poder Executivo, sendo o marco de estruturação dos eixos de controle interno, gerido pela Controladoria-Geral do Estado (CGE-GO).

Decreto Estadual nº 10.609/2024: Criou o Comitê de Governança de Dados Estadual (CGDE), estabelecendo diretrizes de segurança, proteção e compartilhamento de dados no Poder Executivo.

Plano de Dados Abertos (PDA) 2025/2027: Instrumento de planejamento para a abertura de dados, com foco na transparência e uso pela sociedade.

5.3 Metodologia de Operação e Institucionalização

O funcionamento do PCJ baseia-se em auditorias cívicas, onde estudantes universitários acompanham a execução física de obras, verificam contratos e registram evidências de conformidade ou falhas.

A institucionalização definitiva como política pública de Estado ocorreu via Portaria nº 208, de 04 de junho de 2025, consolidando o compromisso com a governança democrática e a integridade.

5.4 Dimensão Educativa e Perspectivas Atuais (2026)

Além da fiscalização técnica, o projeto atua na formação de uma consciência fiscal e ética nos futuros profissionais. Ao envolver a academia,

promove-se uma aprendizagem significativa sobre a administração pública e a responsabilidade social.

Atualmente, sob a gestão do Superintendente de Governo Aberto e Participação Cidadã, Julio Cesar Camargo, e da Gerente de Governo Aberto, Juliana de Paula Resende, o projeto encontra-se na execução da 1ª Edição de 2026. Esta fase atual é marcada pelo fortalecimento das parcerias com Instituições de Ensino Superior (IES) e diversos órgãos da administração pública goiana, ampliando o alcance e a capilaridade da inovação cívica no estado.

6. Análise Metodológica: o Ciclo da Auditoria Cívica Gamificada

A metodologia do Projeto Construindo Juntos fundamenta-se na convergência entre transparência ativa, tecnologias digitais e participação social direta. O rigor metodológico da iniciativa é estruturado em quatro eixos principais:

6.1 Desenho Operacional e Público-Alvo

A estratégia metodológica prioriza a participação de estudantes universitários, especificamente da área de infraestrutura, transformando a fiscalização em uma extensão da aprendizagem acadêmica. Esta escolha segmentada permite que o olhar técnico do estudante seja aplicado ao controle social, conferindo maior qualidade aos registros de campo. A operacionalização atual, sob a gestão de Julio Cesar Camargo e Juliana de Paula Resende, expande essa rede através de convênios formais com Instituições de Ensino Superior (IES) e outros órgãos da administração pública de Goiás.

6.2 O Sistema Informatizado Gamificado

Um diferencial metodológico central, idealizado por Danilo Borges e Calebe Mello Cerqueira, foi a implementação de um sistema informatizado gamificado. Esta plataforma gerencia as atividades através de:

- Missões de Auditoria: Unidades de tarefa onde os participantes são orientados a acompanhar a execução física de obras públicas.
- Verificação Contratual: Comparação entre o progresso físico observado in loco e as informações constantes nos contratos oficiais.
- Registro de Evidências: Coleta de dados, fotos e documentos que comprovem a situação real da obra.
- Reporte de Inconformidades: Canal direto para o relato de possíveis falhas ou irregularidades identificadas para análise técnica.

6.3 Processamento de Dados e Inteligência de Controle

A metodologia não se encerra na coleta; ela gera insumos para a gestão pública. Em 2024, a aplicação deste método resultou em números expressivos, com 4.466 missões realizadas, demonstrando a alta capilaridade do modelo e 263 achados de auditoria, que servem como alertas preventivos para a administração. Esta abordagem permite a redução das assimetrias de informação, conforme proposto por Bauhr e Grimes (2020), ao transformar dados brutos de obras em informações auditadas pela sociedade.

6.4 Institucionalização e Respaldo Normativo

A robustez do método é garantida pela sua formalização via Portaria nº 208/2025, que estabeleceu o rito processual do projeto dentro da SEINFRA. O fluxo metodológico segue as diretrizes da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e demais legislações pertinentes e as recomendações da Controladoria-Geral do Estado de Goiás (CGE/GO), assegurando que o uso social da informação resulte em melhoria efetiva da gestão pública.

7. Resultados e Discussão

A análise do *Projeto Construindo Juntos* evidencia resultados relevantes no que se refere ao fortalecimento da transparência pública, do controle social e da participação cidadã no âmbito do Estado de Goiás.

Os dados oficiais do programa demonstram que, somente no ano de 2024, foram realizadas 4.466 missões de auditoria cívica, resultando na identificação de 263 achados de auditoria relacionados à execução de obras públicas. Esses números indicam não apenas o alcance do projeto, mas também sua efetividade enquanto instrumento de fiscalização social.

Os dados quantitativos referentes ao número de missões de auditoria cívica e aos achados identificados no âmbito do *Projeto Construindo Juntos* foram obtidos a partir de fontes institucionais oficiais, disponibilizadas pela Secretaria de Estado da Infraestrutura de Goiás (SEINFRA).

Essas informações decorrem do registro sistemático das atividades realizadas pelos participantes do programa, especialmente por meio de plataformas digitais utilizadas para o acompanhamento das obras públicas e o envio dos relatórios de auditoria cívica. A padronização dos procedimentos de registro contribui para a confiabilidade e a comparabilidade dos dados apresentados.

Para fins de análise neste estudo, os dados foram compatibilizados e interpretados à luz do referencial teórico que fundamenta a transparência pública, o controle social e a inovação cívica. O número de missões realizadas foi considerado como indicador do nível de engajamento social e da capilaridade do projeto, enquanto os achados de auditoria foram analisados como evidências da efetividade da fiscalização participativa. Essa compatibilização permitiu compreender os resultados não apenas em termos quantitativos, mas também qualitativos, evidenciando o potencial do *Projeto Construindo Juntos* como instrumento de controle social e aprimoramento da gestão pública.

Sob a perspectiva da transparência pública, os resultados apontam que o projeto contribui para a materialização da transparência ativa, ao possibilitar que

informações sobre contratos, prazos, valores e execução física das obras sejam acessadas, compreendidas e utilizadas pela sociedade.

Conforme destacam Bauhr e Grimes (2020), iniciativas que ampliam o uso social das informações públicas reduzem as assimetrias informacionais entre Estado e cidadãos, fortalecendo a *accountability* e a legitimidade da ação governamental. Nesse sentido, o *Projeto Construindo Juntos* ultrapassa a lógica da simples disponibilização de dados, ao promover o uso efetivo dessas informações no acompanhamento das políticas públicas.

No que se refere ao controle social, os achados do estudo evidenciam que a participação direta de estudantes universitários em auditorias cívicas fortalece a fiscalização preventiva da gestão pública. A identificação de inconformidades durante a execução das obras demonstra que o controle social exercido de forma orientada e institucionalizada pode contribuir para a correção de falhas e para o aprimoramento da eficiência administrativa.

Esse resultado corrobora as análises de Smanio (2016) e Mansur (2025), ao indicarem que a efetividade do controle social está diretamente relacionada à qualidade da informação disponível e à capacitação dos cidadãos para sua utilização.

Além disso, o projeto apresenta impactos significativos no campo da educação cidadã e fiscal. Ao envolver os participantes em atividades práticas de acompanhamento de obras públicas, a iniciativa promove a compreensão concreta sobre a aplicação dos recursos públicos, o funcionamento da administração pública e a importância da integridade na gestão estatal.

Essa dimensão formativa reforça o caráter pedagógico do controle social, conforme defendido por Secchin (2008) e Evangelista (2010), que compreendem a participação cidadã como um processo educativo e emancipatório.

No caso do *Projeto Construindo Juntos*, esse caráter pedagógico é potencializado pela disponibilização pública e aberta das informações relativas às auditorias cívicas, às obras acompanhadas e aos resultados do programa, acessíveis por meio dos canais institucionais da Secretaria de Estado da Infraestrutura de Goiás (SEINFRA).

A publicização desses dados configura uma prática de transparência ativa, ao permitir que qualquer cidadão acompanhe e utilize as informações produzidas no âmbito do projeto, fortalecendo o controle social e a *accountability* pública (GOIÁS, 2025).

Do ponto de vista da inovação cívica, os resultados indicam que o *Projeto Construindo Juntos* se configura como uma experiência inovadora ao articular participação social, educação fiscal, uso de tecnologias digitais e institucionalização normativa.

A formalização do projeto por meio da Portaria nº 208/2025 confere estabilidade e continuidade à iniciativa, diferenciando-a de ações pontuais e fortalecendo sua inserção enquanto política pública permanente. Conforme apontam Koupak e Luiz (2022), a institucionalização de práticas participativas é fundamental para a consolidação de uma governança pública mais aberta e colaborativa.

Todavia, a análise também permite identificar desafios inerentes à ampliação e ao aprofundamento do projeto, como a necessidade de expansão do número de participantes, o fortalecimento da formação técnica dos envolvidos e a ampliação das estratégias de divulgação junto à sociedade. Esses desafios dialogam com as reflexões de Lima (2022) e Locatelli (2024), que alertam para os limites da transparência quando não acompanhada de ações contínuas de capacitação e engajamento social.

Dessa forma, os resultados demonstram que o *Projeto Construindo Juntos* apresenta impactos positivos na promoção da transparência, do controle social e da educação cidadã no Estado de Goiás, configurando-se como uma política pública de inovação cívica com potencial de replicabilidade em outros contextos subnacionais.

Ao integrar fiscalização social, formação cidadã e abertura governamental, o projeto contribui para o fortalecimento da governança democrática e para a construção de uma administração pública mais ética, participativa e orientada ao interesse coletivo.

8. Conclusão

A pesquisa analisou o *Projeto Construindo Juntos* do Estado de Goiás como uma política pública de inovação cívica voltada ao fortalecimento da transparência pública, do controle social e da participação cidadã. A investigação, fundamentada em abordagem qualitativa e em análise bibliográfica e documental, possibilitou compreender os elementos normativos, institucionais e formativos que estruturam a iniciativa, bem como suas contribuições para a governança democrática.

Os resultados do projeto evidenciam que há promoção de avanços na efetivação da transparência ativa, ao estimular o uso social das informações públicas e ao permitir a atuação direta da sociedade no acompanhamento da execução de obras públicas. A realização de auditorias cívicas e a identificação de inconformidades indicam o potencial da iniciativa como instrumento de fiscalização preventiva e de aprimoramento da gestão pública.

No que se refere ao controle social, observou-se que a participação orientada de estudantes universitários amplia a capacidade de fiscalização da sociedade, fortalece o protagonismo cidadão e contribui para a redução das assimetrias informacionais entre Estado e cidadãos. Essa dimensão participativa reforça o entendimento do controle social como um processo educativo, capaz de promover a formação cidadã e o desenvolvimento de uma cultura de responsabilidade e integridade na administração pública.

Sob a perspectiva da inovação cívica, o projeto destaca-se pela articulação entre participação social, educação fiscal, uso de tecnologias digitais e institucionalização normativa, configurando-se como uma política pública permanente no âmbito do Estado de Goiás. Tal característica diferencia a iniciativa de ações pontuais e evidencia seu potencial para o fortalecimento de uma administração pública mais aberta, colaborativa e orientada ao interesse coletivo.

Apesar dos resultados positivos identificados, permanecem desafios relacionados à ampliação do alcance do projeto, ao fortalecimento contínuo das estratégias de capacitação dos participantes e à intensificação da divulgação

junto à sociedade. Esses aspectos indicam a importância de investimentos permanentes em educação para o controle social, bem como de pesquisas futuras que aprofundem a análise dos impactos institucionais e sociais da iniciativa.

Dessa forma, o *Projeto Construindo Juntos* apresenta-se como uma experiência relevante de política pública estadual, com contribuições concretas para a transparência, o controle social e a formação cidadã, podendo servir de referência para a implementação de iniciativas semelhantes em outros contextos federativos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida, pela sabedoria e pela força concedida ao longo desta jornada acadêmica, tornando possível a conclusão deste importante ciclo.

À Universidade Estadual de Goiás (UEG), pela oportunidade de formação acadêmica e pelo compromisso com a educação pública de qualidade, contribuindo significativamente para o meu desenvolvimento profissional e pessoal.

Aos professores do curso de Especialista em Controle Interno Público, pelos conhecimentos compartilhados, pela orientação e pelo compromisso com a formação crítica e ética dos alunos.

À Secretaria de Estado da Infraestrutura de Goiás (SEINFRA), pelo ambiente institucional que estimula a inovação, a transparência e o fortalecimento das práticas de governança pública, com especial reconhecimento ao Subsecretário Cláudio Casalini Martins Correia e ao Superintendente Júlio César Camargo, pelo apoio, liderança e incentivo às iniciativas voltadas ao controle social e à melhoria da gestão pública.

Por fim, registro minha gratidão a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “Inovação Cívica e Transparência Pública: o Projeto Construindo Juntos do Estado de Goiás como ferramenta de controle social”, o qual representa não apenas uma exigência

acadêmica, mas também um compromisso com a melhoria da gestão pública e com a promoção da cidadania.

REFERÊNCIAS

ALESSANDRO, M. **Transparency and trust in government: evidence from a field experiment**. *Public Administration Review*, v. 81, n. 4, p. 745–756, 2021.

BAUHR, M.; GRIMES, M. **Transparency in public administration**. In: **Oxford Research Encyclopedia of Politics**. Oxford: Oxford University Press, 2020.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. **Lei de Acesso à Informação**. Dispõe sobre o acesso a informações públicas. Diário Oficial da União, Brasília, 18 nov. 2011.

BRASIL. Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016. **Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal**. Diário Oficial da União, Brasília, 12 mai 2016.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU). **Guia de Transparência Ativa**. 7. ed. Brasília: CGU, 2023.

EVANGELISTA, L. **Transparência e controle social: uma questão de cidadania**. Brasília: Tribunal de Contas da União (TCU), 2010.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Infraestrutura. **Portaria nº 208, de 04 de junho de 2025**. Institui o Projeto Construindo Juntos no âmbito da administração pública estadual. Goiânia: SEINFRA, 2025. Disponível em: <https://goias.gov.br/seinfra/construindo-juntos/>. Acesso em: 10 de jan de 2026.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Infraestrutura. **Projeto Construindo Juntos – Auditoria Cívica em Obras Públicas**. Goiânia: SEINFRA, 2025. Disponível em: <https://goias.gov.br/seinfra/construindo-juntos/>. Acesso em: 10 de jan de 2026.

KOUPAK, K.; LUIZ, D. E. C. **Transparência e controle social na administração pública brasileira**. Curitiba: CRESS/PR, 2022.

LIMA, A. da S. **Portais da transparência: instrumento de controle social**. *Revista de Direito Administrativo e Gestão Pública*, v. 8, n. 1, p. 55–72, 2022.

LOCATELLI, C. **Comunicação pública e transparência no Brasil**. *Organicom*, v. 21, n. 42, p. 1–15, 2024.

MANSUR, J. H. **Transparência pública e a influência no controle social**. *Revista da Advocacia-Geral da União*, Brasília, v. 24, n. 1, p. 89–110, 2025

MATHEUS, R. et al. **A systematic literature study to unravel transparency enablers and barriers in open government data.** Government Information Quarterly, v. 37, n. 4, p. 1–14, 2020.

SECCHIN, L. B. de M. **Controle social: transparência das políticas públicas e fomento à cidadania.** Brasília: Controladoria-Geral da União, 2008.

SMANIO, G. P. **Transparência e controle social de políticas públicas.** Revista Humanas, v. 9, n. 2, p. 45–60, 2016.